**GT: RELATOS DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA**

**PROJETO OFICINAS PARA CATADORES DE NATAL**

Clariana Morais Tinoco Cabral[[1]](#footnote-1)

Giliane Alves de Carvalho[[2]](#footnote-2)

José Elias do Nascimento[[3]](#footnote-3)

Maria de Nazaré Nunes Moraes[[4]](#footnote-4)

**Resumo**

O presente relato sintetiza as ações desenvolvidas pela Escola Agrícola de Jundiaí em pareceria com o Ministério Público do Trabalho e com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal-RN em torno da ação de extensão intitulada “Projeto de Oficinas para os Catadores de Natal”. A ação abordou como metodologia de trabalho a apreensão da realidade social da classe trabalhadora e suas condições de vida e reprodução social, com vistas à melhoria e aperfeiçoamento das condições e técnicas de trabalho, e mobilização para a constituição de uma atuação associada/cooperada como estratégia de inserção socioeconômica e enfrentamento de vulnerabilidades vivenciadas pelos catadores. O projeto viabiliza oficinas e acompanhamento psicossocial, por meio dos quais se consolida a construção de um trabalho interativo e gerador de corresponsabilidade e de coparticipação nos resultados obtidos, expressando nos resultados obtidos o impacto social das atividades extensionistas desenvolvidas pela universidade.

**Palavras-chave:** trabalho; catadores; oficinas.

# 1 APRESENTAÇÃO

O presente relato dispõe acerca dos resultados do projeto intitulado “Proposta de Oficinas para os Catadores de Natal”, executado no período compreendido entre os meses de setembro de 2023 e abril de 2024, no município de Natal-RN, uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT-RN) em parceria com a Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ), Unidade Especializada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal.

 A execução do projeto foi possibilitada com financiamento proveniente de ações de multas aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT/RN), com recursos gerenciados pela Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), promovendo ações no município de Natal-RN, em consonância com os objetivos da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos[[5]](#footnote-5).

As ações foram pensadas para atender às requisições da lei supracitada e, ao mesmo tempo, contemplar pessoas que atuam como catadores de resíduos sólidos no município de Natal/RN, tendo como área de abrangência delimitada ao transbordo do bairro Cidade Nova, a fim de promover a capacitação e qualificação técnica por meio da realização de oficinas coordenadas e executadas pela EAJ-UFRN, cumprindo com o objetivo geral do projeto.

Essas oficinas foram estruturadas, de modo a abarcar os conteúdos concernentes ao beneficiamento de resíduos sólidos, sendo constituídas como espaço de formação e qualificação profissional, privilegiando o conhecimento técnico sobre coleta seletiva, triagens de materiais recicláveis, gestão de resíduos e cooperativismo.

O arcabouço teórico-prático foi pensado buscando a capacitação, o acompanhamento técnico e o suporte para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos (as) catadores(as) de resíduos sólidos, tendo como cerne das ações a constituição de uma cooperativa com os participantes do projeto.

Para, além disso, o projeto previu o acompanhamento psicossocial, a fim de promover atividades para melhor compreensão da realidade dos (as) trabalhadores (as), e contribuir para a orientação acerca da dignidade e direitos destes. Esse acompanhamento deu-se concomitantemente às oficinas e possibilitou um contato mais próximo com a realidade social dos(as) catadores(as) de resíduos sólidos, notadamente marcada pela vulnerabilidade socioeconômica, falta de reconhecimento profissional e exposição a condições de trabalho insalubres.

Os módulos e os atendimentos psicossociais buscaram efetivar os objetivos específicos do projeto, a saber: a) Identificar o perfil dos catadores; b) Realizar diagnóstico do manejo do material coletado; c) Mapear a organização estrutural e social dos catadores, público-alvo do projeto; d) Fazer oficina de organização administrativa de uma cooperativa; e) Constituir oficina de manejo de adubo orgânico e produção de briquetes; f) Realizar oficina de manejo de resíduos sólidos; e g) Monitorar as ações do projeto.

Diante disso, faremos a exposição dos resultados alcançados pelo projeto, demonstrando, inicialmente, sua estrutura e funcionamento, especificando a composição das equipes de acompanhamento das ações, a seleção e caracterização do público-alvo, descrição das oficinas, avaliação da realidade social. E, por fim, serão apontadas as considerações sobre as ações desenvolvidas e de seu alcance na vida dos participantes.

**2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Partindo da apreensão da realidade social no que diz respeito às condições de vida da classe trabalhadora, de modo muito específico com a realidade social dos sujeitos que trabalham com o manejo de resíduos sólidos, apreende-se a necessidade de uma intervenção que os capacite para uma melhor inserção na dinâmica laborativa e organização social frente ao competitivo mercado capitalista, também gerador de desigualdades socioambientais, que rebatem de forma latente na vida daqueles que, sem uma organização coletiva, laboram a coleta de resíduos sólidos, expostos a riscos e vulnerabilidades.

A ação extensionista foi articulada com as entidades parceiras e iniciou-se com o planejamento das ações. Em seguida efetivou-se a seleção do público alvo, sua inscrição nas atividades e a aplicação das oficinas.

O desenvolvimento das atividades das oficinas contou com o apoio de uma equipe de acompanhamento integrado, composta pelo coordenador do projeto, pelos professores orientadores, pelos professores mediadores, pela equipe de acompanhamento social, pela equipe de acompanhamento psicológico e pela equipe de apoio administrativo. A interação entre as equipes foi relevante e favoreceu o alcance dos objetivos esperados pela proposta das oficinas.

**3 AÇÕES DESENVOLVIDAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

 Seguindo as prerrogativas do disposto pelas diretrizes e princípios da extensão universitária (art. 4º e 5º da RESOLUÇÃO Nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022), o projeto das oficinas para os catadores de Natal-RN articulou-se de modo a favorecer a interação de alunos, professores, servidores técnicos e a comunidade externa, de modo que possibilitou o incremento das ações da Universidade na efetivação de seu compromisso com o desenvolvimento institucional e social. Promovendo ações que viabilizaram potenciais aportes para o desenvolvimento social dos sujeitos inseridos no público-alvo das ações, favorecendo a discussão e implementação de estratégias para preservação do meio-ambiente e a inserção da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das expressões da questão social.

3.1 SELEÇÃO E PÚBLICO-ALVO

A seleção e inscrição ficaram sob a responsabilidade da SEMTAS/Natal, mais especificamente pelo Departamento de Desenvolvimento e Qualificação Profissional- DDQP, cuja lista final foi disponibilizada para a equipe de execução do projeto.

O público-alvo do projeto, dado os seus objetivos, estimou um grupo de 90 (noventa) homens e mulheres que trabalhassem como catadores de resíduos sólidos no município de Natal/RN, com o enfoque nos catadores que ainda não estivessem organizados em cooperativa e/ou associação.

Tal estratégia foi relevante para os objetivos do projeto, pois a SEMTAS/Natal já desenvolve ações socioassistenciais, com vínculos no território em que atuam os catadores (as), o que favoreceu o interesse destes pela ação. Entretanto, algumas inconsistências foram identificadas ao longo da execução das oficinas, como vagas destinadas à inscrição de adolescentes menores de idade.

Considerando que não se tratava de um projeto voltado à capacitação de jovens, e sim a mobilizar esforços para instrumentalizar a organização coletiva de um público em condição de trabalho informal e desprotegido, foi necessária a atuação da equipe do projeto em uma triagem, reforçando junto aos inscritos os objetivos da ação e seu público prioritário. Frente aos ajustes necessários na lista de inscritos, permaneceram aptos às ações e ao recebimento da bolsa apenas os inscritos maiores de 18 anos.

Outras nuances do público inscrito foram obtidas somente ao longo da execução das oficinas, com a realização do diagnóstico, o que permitiu uma maior aproximação com o perfil socioeconômico dos participantes.

Desse modo, o número total de inscritos pós-triagem foi de 76 pessoas. Quando se considera o número de termos de compromisso[[6]](#footnote-6) efetivamente firmados, obteve-se um total de 58 participantes com frequência ativa, o que representou em percentuais uma taxa de evasão de aproximadamente 23%, em contrapartida, resultou em um percentual de mais de 76% de êxito e conclusão. Destes, mais de 84% foram entrevistados pela equipe de apoio psicossocial, cujos dados coletados compõem as informações acerca da realidade social deste público.

3.2 DAS OFICINAS

A proposta das oficinas concretizou-se em três módulos temáticos, a saber: oficina de produção de adubo orgânico; oficina voltada para o manejo dos resíduos sólidos e oficina para a criação e organização/funcionamento de uma cooperativa. Destaca-se que esta última continua acontecendo de forma extensiva às ações das oficinas, com o intuito de mobilizar os sujeitos a se engajarem no projeto de fundar uma cooperativa e levar adiante os conhecimentos e as ações de tratamento dos resíduos em área urbana, contribuindo para uma mudança de realidade social e política.

**3.2.1** **Oficina de produção de adubo orgânico**

 Tendo em vista a relevância a respeito da gestão de resíduos orgânicos, a oficina que abordou o tema teve como objetivo sensibilizar, capacitar e orientar os catadores (as) de lixo de Cidade Nova/Natal, quanto a importância do manejo para a produção de composto orgânico e de alimentos saudáveis e, consequentemente, geração de renda.

Os encontros do primeiro módulo realizaram-se em três espaços distintos, de modo que, a diversidade de espaços pudesse favorecer, por meio do deslocamento, uma maior interação entre o grupo e os aplicadores da proposta das oficinas. Contabilizou-se uma carga horária total de 48h (quarenta e oito horas), distribuídas em oito encontros. A equipe responsável por ministrar as aulas foi composta pelos professores: Gualter Guenther (coordenador da oficina), Francisco Rolemberg Guimarães de Medeiros e Juan Brito (Oficineiros).

O primeiro espaço a acolher as oficinas foi a EAJ/UFRN, localizada na Rodovia RN 160, Km 03, s/n, Distrito de Macaíba - RN, onde aconteceu a acolhida do grupo e a apresentação do projeto no dia 30 de setembro de 2023. Na referida escola os educandos, além do auditório, onde vivenciaram as oficinas, também acessaram o setor de compostagem, onde receberam capacitação para a implantação e manejo de leiras de compostagem, através de exemplos práticos.

O segundo espaço, que, de fato, sediou as atividades das oficinas, foi a Escola Municipal Professora Emília Ramos, localizada na R. Dantas Barreto, 419 - Cidade Nova, Natal - RN. A referida escola acolheu o grupo das oficinas a partir do dia 14 de outubro de 2023. No primeiro módulo, os educandos tiveram a oportunidade de aprender sobre o processo de compostagem, o histórico e a importância do Manejo de Resíduos Orgânicos; com aulas discursivas, apresentação de vídeos e atividades práticas.

A Estação de Transbordo, no bairro de Cidade Nova, Natal-RN, foi o terceiro espaço de atividades. Na ocasião, os participantes receberam capacitação quanto a produção e uso do composto orgânico e confecção de leiras de compostagem, canteiro de hortaliças e quintal produtivo. No dia 18 de novembro de 2023, encerrou-se o primeiro módulo das oficinas.

**3.2.2 Oficina de manejo de resíduos sólidos**

O segundo módulo das oficinas propiciou conhecimentos acerca do manejo adequado de resíduos sólidos, com vistas ao reaproveitamento de materiais descartados, agregando valor na cadeia produtiva, ampliando a possibilidade de renda, além de contribuir para a preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A oficina iniciou-se em 25 de novembro de 2023, sob a coordenação de Shirle Nunes e Karen Mattos. Contando ainda com a participação das ministrantes/oficineiras Junia Kizzy e Noelma Tiago Ribeiro, com a colaboração de Dominique dos Santos Tiago. Contabilizou-se uma carga horária total de 48h (quarenta e oito horas), distribuídas em oito encontros. Nesse módulo as atividades também aconteceram distribuídas nos três locais especificados na oficina anterior.

As atividades desenvolvidas abordaram: a correta higienização e armazenamento dos materiais coletados e que seriam utilizados durante a reciclagem; a diversidade de objetos que podem ser produzidos através do processo de reciclagem, bem como, materiais utilizados para o beneficiamento dos resíduos sólidos. A abordagem essencialmente prática favoreceu uma excelente participação dos educandos. O referido módulo finalizou-se no dia 03 de fevereiro de 2024.

**3.2.3** **Oficina de noções básicas de funcionamento de uma cooperativa**

O terceiro módulo das oficinas iniciou-se no dia 17 de fevereiro de 2024. Teve como tema norteador “Noções básicas de funcionamento de uma cooperativa”, de modo a subsidiar reflexões e mobilização dos catadores (as) sobre seu protagonismo nesta construção.

Compuseram a equipe os Professores/oficineiros Gilvan de Moura Ferreira Júnior e Rosicleide Manço do Nascimento, sob a coordenação do Professor Ricardo Alencar da Silva. Contabilizou-se uma carga horária total de 48h (quarenta e oito horas), distribuídas em oito encontros. Esse módulo viabilizou a discussão sobre a importância do trabalho cooperado. A partir das vivências dos catadores foi possível discutir em grupo sobre as dificuldades encontradas por eles em um trabalho sem proteção, e em contraposição a cultura organizacional e os trâmites para a criação de uma cooperativa como possibilidades de melhorias a partir do cooperativismo.

Nesse módulo as atividades aconteceram majoritariamente na Escola Municipal Professora Emília Ramos. No último dia de atividades (13.04.2024) realizou-se um passeio ao Parque das Dunas, em Natal-RN, proporcionando um momento de confraternização, lazer, inclusão e direito à cidade.

3.3 ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL

Para traçar o perfil socioeconômico, com informações que pudessem refletir as condições de vida e de trabalho dos catadores (as) de materiais recicláveis não cooperados com atuação no transbordo de Cidade Nova/RN, foi necessária a elaboração de um instrumento próprio para coleta de dados. Assim, a equipe de acompanhamento psicossocial, após uma atividade coletiva para integração e construção de vínculos com o grupo, procedeu na aplicação de questionários semiestruturados, através de entrevistas individualizadas, que ocorreram de forma contínua e paralela às oficinas, em que se obteve um retorno de 49 respondentes.

Identificou-se uma clara relação entre a necessidade de formas de organização para o trabalho e as possibilidades de inclusão social e econômica do segmento de catadores (as), cujo protagonismo na construção da sustentabilidade socioambiental através da adequada gestão de resíduos sólidos, tem sido suplantado por estigmas e desigualdades sociais.

O autorreconhecimento deste protagonismo perpassa a tarefa de organizar catadores (as) e suas famílias, no qual o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR)[[7]](#footnote-7) vem há mais de duas décadas defendendo a organização social e produtiva através da autogestão com base em princípios da democracia direta como alternativa para valorizar e transformar a vida daqueles que sofrem com as precárias condições de trabalho nos lixões a céu aberto.

Constata-se essa realidade no município de Natal/RN, e mais especificamente entre aqueles que desenvolvem suas atividades de catação no transbordo de Cidade Nova, onde a relevância e urgência da organização coletiva deste segmento se destacam quando se observa as condições de moradia, renda, escolaridade, exposição a riscos e doenças, e a ausência de políticas públicas estruturantes que garantam proteção social, lazer e qualidade de vida, frente à precarização de um trabalho insalubre e desprotegido, que repercute em ciclos geracionais inseridos em condições de risco e vulnerabilidade social, reproduzindo desigualdades sociais.

Embora muito presente como força de trabalho, no Brasil, o trabalho de catadores (as) tem tomado visibilidade nas primeiras décadas do século XXI, muito em virtude da ênfase internacional aos fenômenos das mudanças climáticas provocadas pela produção indiscriminada de resíduos e seu mau tratamento.

Esses profissionais transitaram do lugar de invisibilidade para um lugar de complexa problematização. A invisibilidade se justifica, por exemplo, do ponto de vista sociológico, pela “inclusão perversa”, ou seja, pela disponibilidade de oportunidade a partir de um trabalho precarizado e destinado aos mais pobres. É visualizar a cadeia da exclusão desde a falta de assistência em políticas básicas, como educação e saúde, culminando com a oportunização de um trabalho destinado apenas aqueles que, pela pouca oportunidade de escolhas em um mercado de trabalho competitivo e segregador, enveredam pelo trabalho digno daquilo que a cidade rejeita, o lixo.

Com a fundação do MNCMR, em 2001, deu-se início a construção de espaços de diálogo e reflexão sobre o trabalho dos catadores (as), considerando-os como profissionais reconhecidos por seus direitos à condições de trabalho para além da sobrevivência (Miura e Sawaia, 2011), bem como de seu impacto político diante da relação dos sujeitos com o meio ambiente.

O projeto de extensão “Oficinas para os catadores de Natal/RN”, promovido a partir da parceria entre o MPT-RN e a EAJ/UFRN, configurou-se como um resgate do setor público à dívida com essa categoria de trabalho, bem como com essa parcela da população, relegada ao “não”.

Como se observou das respostas obtidas através do questionário sociodemográfico tem-se ainda um grupo alienado do seu próprio papel social, do seu protagonismo, muito disso consequência do difícil e precário acesso à educação e a direitos, tendo em vista que dos sujeitos do grupo que efetivamente atuavam como catadores nenhum havia concluído a última etapa do ensino formal obrigatório. Para estes, pensar em acesso às salas das universidades torna-se inimaginável, e modificar esta realidade, combatendo desigualdades históricas, deve converter-se em uma responsabilidade da sociedade.

Entre os entrevistados, constatou-se a insuficiência da renda vinda da catação e a dificuldade em perceber os aspectos de insalubridade e periculosidade proveniente da atividade, tendo, à maioria, vivenciado a fome de perto.

Em suas práticas laborais, os processos de adoecimento relacionados à atividade foram destacados pelos sujeitos e sinalizam, em alguma medida, a complexidade deste espaço e os impactos na saúde destes trabalhadores, em conformidade com diversos estudos já publicados, a exemplo da análise sobre a prevalência de acidentes no lixão do Distrito Federal, realizado por Hoefel *et al.* (2013), bem como a própria classificação do Ministério do Trabalho, que define a coleta de lixo urbano como atividade insalubre em grau máximo.

A diversidade de adoecimentos relatados expõe os riscos químicos, físicos e biológicos aos quais estão submetidos esses trabalhadores, desprotegidos sem adequados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e direitos trabalhistas.

Nos atendimentos individuais realizados com o grupo, foi possível observar relatos de agravos de saúde negligenciados, não só por uma ausência da cultura de prevenção, que reflete a sobrecarga a qual esses trabalhadores se submetem pela urgência do trabalho informal para sobreviver, mas principalmente se expressa pela precarização e ausência de investimentos na saúde pública, sendo importantes para que as ações de prevenção e promoção da saúde cheguem e os alcancem através de buscas ativas em seus territórios, com serviços suficientes e adequados.

Desta forma, ao se considerar que a saúde da população reflete a sua condição de vida e de trabalho, faz-se necessário enfatizar não somente o papel central que exerce um sistema único de saúde universal para a garantia da qualidade de vida de uma dada população, mas também as reais condições para a garantia deste direito, o que na realidade do grupo participante do projeto expõe desigualdades sociais e desigualdades de acesso.

De maneira abrangente, os dados analisados, a partir da amostra utilizada, refletem vulnerabilidades e inseguranças a qual estão submetidas esse grupo populacional, o que leva à reflexão sobre as próprias desigualdades socioambientais no município de Natal. Estudo realizado por Vasconcelos *et al* (2020) acerca deste tema mostrou que no município de Natal, junto a região administrativa Norte, a região Oeste configura-se entre as mais vulneráveis, considerando aspectos como saúde, educação, trabalho, renda e infraestrutura urbana.

Trata-se de uma realidade que torna urgente e necessária as ações que se voltam para a formação social e política desta população, de modo a subsidiar a sua organização enquanto instrumento de mobilização social e construção coletiva, de possibilidades de vida com direitos e dignidade.

Como soluções reais, protagonizadas pelos próprios catadores (as) tem-se a participação de sujeitos não catadores inscritos nas oficinas que de algum modo reflete a forma de organização do grupo em redes de solidariedade e ajuda mútua frente à precarização do trabalho e a insegurança de renda que marcam suas realidades, posto que observou-se nas entrevistas que, embora o grupo de não catadores não estivessem diretamente ligados às atividades de coleta no transbordo, possuíam vínculos diretos com tal atividade, por terem familiares que atuavam na área, ou ainda, com a própria dinâmica do território, pois residiam na região do transbordo e/ou em bairros que o circundam, compartilhando da mesma infraestrutura e realidade social.

 Considera-se, portanto, que a característica presente nas estratégias de sobrevivência desta população, que vivencia as oportunidades com os seus pares, pode expressar uma potência para o engajamento político e mobilização para a transformação de suas realidades, desde que lhe sejam oferecidas possibilidades e alternativas.

A proposta e a luta continuam sendo mudar o lugar de negação atrelado ao lixo, à pobreza, ao catador. Pensar o protagonismo, a autoafirmação, a potência de existir a partir daquilo que se coloca como rejeito, como resto. Pensar na possibilidade de vida com dignidade, suas e de toda uma sociedade, por meio do reposicionamento do trato com o lixo e daqueles que com ele trabalham.

Assim, vale ressaltar, o projeto executado obteve êxito em dar visibilidade a estes aspectos, com importante contribuição na construção deste percurso, que apresenta muitos desafios, todavia, possível de ensejar novos rumos e transformação na realidade desse segmento de trabalho.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de extensão desenvolvido com os catadores (as) de Natal reflete o cerne que move a universidade pública, socialmente referenciada na sua missão de articular a ciência e o conhecimento produzido para uma formação cidadã, vinculada às demandas da sociedade, em um compromisso com a sustentabilidade e a igualdade social.

A EAJ/UFRN, enquanto parte executora deste projeto imprimiu nas ações desenvolvidas a missão institucional da universidade, definida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, que versa sobre “[...] contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania” (UFRN, 2021).

Notadamente, tratou-se de uma construção coletiva, que, somados os esforços envolvidos, possibilitou o construto de intervenções voltadas a conhecer e problematizar a realidade social de catadores (as) de materiais recicláveis não cooperados, ofertando conhecimentos práticos adequados e aplicáveis às suas realidades, de modo a serem instrumento de reflexões, mas principalmente, semente para mudanças sociais e políticas concretas de realidades marcadas por ausência de perspectivas, oportunidades e direitos.

Tais oportunidades perpassam o enfrentamento das desigualdades sociais a qual estão submetidos este segmento de trabalhadores, e neste aspecto, dadas as suas condições de vida e de trabalho, evidenciam o papel estratégico que compete ao poder público em fazer cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especificamente em integrar os catadores (as) em ações de gestão adequada dos resíduos sólidos, cujo esforço no incentivo ao desenvolvimento de cooperativas, visa favorecer a inclusão social e econômica desta população.

 Não obstante às oficinas e conhecimentos teórico-práticos compartilhados e construídos, como resultado da ação desenvolvida, identificou-se a necessidade de suporte técnico para o processo de organização política e administrativa para a estruturação de uma cooperativa. Neste aspecto, a EAJ/UFRN prorrogou as ações do projeto até 31 de dezembro de 2024 e vem articulando profissionais e instituições, dentro e fora da UFRN, para ofertar assessoria e outros recursos, no intento de tornar esta projeção uma realidade concreta.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010**. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>>. Acesso em: 23 maio 2024.

HOEFEL, M.G *et al*. **Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal.**  Revista Brasileira de Epidemiologia. v. 16, n 3. p. 765-785, 2013.

MIURA, Paula Orchiucci; e SAWAIA, Bader Burihan. **Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação.** Psicologia e sociedade, Pernambuco, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2011.

UFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional- 2020-2029**. Natal/RN. EDUFRN, 2021. 75p.

\_\_\_\_\_\_. PROEX. **RESOLUÇÃO Nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022** - *Aprova o Regulamento de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Disponível: <https://proex.ufrn.br/documentos/documento?id=161847549#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20006%2F2022%2DCONSEPE,do%20Rio%20Grande%20do%20Norte> Acesso em: 10 jul. 2024.

VASCONCELOS, A. C. F *et al*. **Análise de correlação entre as regiões administrativas de Natal (RN) baseada em indicadores de vulnerabilidade socioambiental**. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.11, n.2, p.445- 461, 2020.

1. Clariana Morais Tinoco Cabral, Dra em Psicologia (UFRN); Psicóloga escolar da UFRN- Unidade especializada da Escola Agrícola de Jundiaí. E-mail: clariana.morais@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Giliane Alves de Carvalho, Graduação em Serviço Social (UFRN); Especialista em saúde pública e serviço social (UNIFACEX); Especialista em Terapia Intensivo Adulto- Residência Multiprofissional (HUOL/UFRN); Mestre em Serviço Social (UFRN); Assistente Social na SMS Natal e Escola Agrícola de Jundiaí/UFRN. E-mail: giliane.carvalho@ufrn.br [↑](#footnote-ref-2)
3. José Elias do Nascimento, Licenciado em Filosofia (UFC); graduando em Serviço Social (UFRN); Mestrando em Serviço Social (PPGSS-UFRN). E-mail: elias.nascimento.081@ufrn.edu.br [↑](#footnote-ref-3)
4. Maria de Nazaré Nunes Moraes, Graduação em Serviço Social pela UFPA, Mestre em Gestão Pública pela UFRN; Assistente Social da Escola Agrícola de Jundiaí-EAJ/UFRN. E-mail: maria.nazare@ufrn.br [↑](#footnote-ref-4)
5. A Lei Nº 12.305/2010 é uma legislação fundamental para a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos no Brasil. Ela estabelece diretrizes e instrumentos para o enfrentamento dos problemas relacionados aos resíduos sólidos, promovendo a proteção da saúde pública e do meio ambiente. Esta política reconhece a importância dos catadores de materiais recicláveis como agentes essenciais no processo de reciclagem e estabelece medidas para sua inclusão social e econômica. [↑](#footnote-ref-5)
6. O termo de compromisso foi um requisito institucional firmado pela FUNPEC e cada participante para os trâmites para a concessão de bolsa. [↑](#footnote-ref-6)
7. MNCR. Disponível em: <<https://www.mncr.org.br/>>. Acesso em: 07 maio 2024. [↑](#footnote-ref-7)